

ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Relata o trabalho da comissão de Segurança Pública na questão dos bombeiros.

DEPUTADO ROMILDO TITON (aparte) - Coloca a posição da CCJ com relação aos bombeiros.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discorre sobre o Plano Brasil Maior, do governo federal.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Reporta-se a lei que sua autoria que está sendo discutida em nível nacional.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Enaltece programa de pagamento por serviços ambientais prestados, criado pela administração de São Bento do Sul.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Discorre sobre os 131 anos de emancipação político-administrativa de Campos Novos.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Exalta a participação do deputado Romildo Titon no desenvolvimento de Campos Novos.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Congratula-se com a administração de Campos Novos pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pede o engajamento dos médicos para a realização de cirurgias eletivas.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o conflito entre agricultores e índios nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à problemática do financiamento dos hospitais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, neste momento está acontecendo conjuntamente com a sessão uma reunião da comissão de Segurança Pública. É mais um passo para tentarmos solucionar o imbróglio legislativo que existe para a aprovação de projetos na questão da prevenção a incêndios. E isso tudo foi por conta

da PEC n. 0001, de autoria da Mesa Diretora, que entrou na Casa no início deste ano e que dá uma interpretação nova a determinado artigo da Constituição Estadual, possibilitando aos prefeitos fazerem convênio ou outorgar aos Bombeiros Voluntários a fiscalização e a aprovação de projetos de prevenção a incêndios.

Eu recebi nesta Casa, no meu gabinete, o comando do Corpo de Bombeiros Militar, que veio colocar as razões contrárias à PEC, porque acredita que isso deve ser feito somente pela sua corporação. Mas conhecendo o trabalho efetivo de mais de 120 anos dos Bombeiros Voluntários de Joinville, conhecendo um pouco também das entranhas de um município e sabendo que, na verdade, é o prefeito quem dá o "habite-se", deputada Luciane Carminatti, para que uma construção possa ser utilizada ou não, provocamos uma reunião na comissão de Segurança Pública para trazer os entes envolvidos, que são: Corpo de Bombeiros Militar, Bombeiros Comunitários, Bombeiros Voluntários, Ministério Público, Fecam - Federação Catarinense dos Municípios -, OAB, Procuradoria-Geral do Estado, secretaria de Segurança Pública, a fim de que discutir a questão.

Na verdade, queremos resolver. Não queremos criar mais um problema jurídico ou dar uma de Bernard, ou seja, dar um saque jornada nas estrelas, jogar a bola para cima e daqui a pouco ela cair novamente. Enquanto a bola sobe e desce, alivia a questão!

Deputado Silvio Dreveck, dizem que quando o camarada está apanhando muito, o tempo entre o levantar e o descer do chicote é a folga que ele tem para respirar. E nós aqui no Parlamento catarinense não queremos isso.

Eu já estou no meu quinto ano neste Parlamento e desde que aqui cheguei todos os anos esta Casa, em algum momento, é invadida, no bom sentido, por bombeiros, sejam eles militares, civis, voluntários ou comunitários, que vêm fazer pressão, porque isso é normal. Esta Casa é assim mesmo: há interesses e temos que tentar achar a

solução. E foi exatamente isso que fizemos quando pedimos essa audiência na comissão de Segurança.

Na primeira audiência o Ministério Público trouxe um problema maior ainda, deputada Luciane Carminatti, porque na sua visão a PEC n. 0001 não resolve absolutamente nada porque o problema é jurídico e tributário. Há vários municípios que constituíram seus Fundos Municipais de Reaparelhamento dos Bombeiros, da Polícia Civil e da Polícia Militar e através da cobrança de taxas arrecadam recursos que, possivelmente, viriam para o estado, mas que agora ficam e são investidos nos próprios municípios.

Como o Ministério Público entende que isso é ilegal, entrou com adins contra essas leis municipais e tem ganhado todas elas. Por quê? Porque, na verdade, como é um problema tributário, segundo o Ministério Público a Constituição Estadual determina que a aprovação de projetos contra incêndios é função precípua do Corpo de Bombeiros Militar por ser um questão de segurança pública. Então, por ser questão de segurança pública, não pode ser cobrada via taxa, mas via imposto e pelo estado!

Essa, então, é a razão de o Ministério Público estar conseguindo derrubar todas as leis no Tribunal de Justiça, deputado Romildo Titon.

Ora, isso criou um problema muito sério, e um dos últimos municípios enfrentar esse problema foi Criciúma, quando criou o seu Funrebom - Fundo de Reaparelhamento dos Bombeiros - (e lá é Bombeiro Militar) e agora está tendo que devolver o que arrecadou através da cobrança de taxas.

O Ministério Público, deputado Romildo Titon, entende que devemos mudar isso e sugeriu a realização de uma segunda reunião. Portanto, assim que terminar a minha fala aqui estou correndo lá para a comissão de Segurança Pública, pois está havendo essa reunião para tentarmos resolver a questão dos bombeiros.

O Ministério Público, a nosso pedido, fez uma minuta do que acha que deve ser mudado para que possamos trabalhar infraconstitucionalmente as regulamentações que precisam ser feitas. Cada

órgão envolvido, Corpo de Bombeiros Militar, Bombeiros Voluntários, Bombeiros Comunitários, Fecam e OAB, teve 15 dias, prazo que encerra hoje, para avaliar a minuta e trazer sugestões.

Quero agradecer mais uma vez ao deputado Romildo Titon, que tem sido sensível a essa questão e tem segurado na comissão de Constituição e Justiça a PEC n. 0001, para ver se conseguimos criar um caminho legislativo alternativo para resolver o problema de uma vez por todas, porque no entendimento do Ministério Público, do qual já estou convencido, deputado Romildo Titon, a PEC que está na sua comissão não resolve o problema e cria outro! E não é a nossa intenção.

Ontem, sr. presidente, recebi o presidente do Sindicato dos Condomínios Patronais de Florianópolis, que veio procurar-me até porque tenho levantado essa bandeira e para colocar algumas questões absurdas que estão acontecendo em Florianópolis, em função da legislação municipal. Em Florianópolis, os condomínios estão pagando uma taxa de vistoria anual contra incêndio no valor de quase R\$ 10 mil. E para quê? Para que o Corpo de Bombeiros Militar mande duas pessoas fazerem a avaliação. Em uma hora e meia eles fazem a avaliação e cobram R\$ 10 mil!

Seguindo as decisões, deputado Dóia Guglielmi, do Tribunal de Justiça contra a cobrança de taxas pelos Bombeiros Militares e segundo o entendimento do Ministério Público, a prefeitura de Florianópolis está errada ao cobrar anualmente a taxa de revisão contra incêndio. Por quê? Porque é feito pelo Corpo de Bombeiros Militar e se é feito pelo Bombeiro Militar, tem que ser imposto.

O assunto é muito mais complexo, deputado Romildo Titon, pois precisamos dar oportunidade ao prefeito de poder escolher se quer que seja feito pelo Bombeiro Militar ou pelo Bombeiro Voluntário. A fiscalização pode ser feita não somente no momento do "habite-se". Por exemplo, o prédio desta Assembléia tem "x" anos, mas a qualquer momento o bombeiro pode fazer nova fiscalização. Isso o bombeiro pode fiscalizar. Mas a aprovação prévia do projeto é uma questão de segurança

pública ou é uma questão administrativa? A aprovação de um projeto que passa pelo Crea, que passa por todos os órgãos envolvidos, é uma questão de segurança pública ou não?

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo, pois sei que v.exa. tem uma grande experiência em relação a essa questão.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Quero cumprimentá-lo pelo assunto que aborda, que é um tema que hoje está mexendo com grande parte da sociedade catarinense.

Quando v.exa. falou da PEC que está tramitando na CCJ, reconheceu publicamente que ela cria outro problema e não resolve o atual. É exatamente isso! Estou na comissão de Justiça há bastante tempo e ao longo dos anos esta é a terceira vez que esse tema vai a sua apreciação. As outras vezes não tivemos outra saída a não ser o arquivamento. Desta vez estamos colaborando no processo na tentativa de que a comissão de Segurança Pública ache um caminho.

É preciso achar uma forma? É preciso encontrar um caminho? Sim! As duas instituições prestam um grande serviço para a sociedade catarinense e não podem parar de trabalhar. Acho que a comissão de Segurança, assessorada por pessoas interessadas dessas duas instituições e pelo MPE, está encontrando o caminho correto para que possamos dar uma solução legal e durável.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Entendo perfeitamente e digo que o caminho que tomamos agora, o da discussão, o da busca do entendimento, percebendo que a PEC n. 0001 realmente não vai resolver nada, é o melhor. Mas ainda bem que a Mesa Diretora apresentou essa PEC, porque foi ela que provocou essa nossa discussão na comissão de Segurança Pública.

Tenho certeza de que vamos chegar a um denominador comum para que possamos chegar a uma solução que acabe com a disputa entre Bombeiros Comunitários, Bombeiros Voluntários e Bombeiros Militares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quero fazer a minha manifestação, em nome do Partido dos Trabalhadores, referindo-me ao pacote lançado no dia de ontem e intitulado Plano Brasil Maior, que segue a mesma linha que foi anunciada pela presidenta Dilma Rousseff ainda no ano passado, com relação ao fortalecimento da indústria nacional e à criação de um ambiente propício para que possamos ter mais condições de competitividade. Esse programa estimula a expansão do Produto Interno Bruto e também setores produtivos e tem prevista a aplicação de R\$ 60 milhões/ano. Seu objetivo é alcançar um crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto em 2012, gerar empregos e aumentar, como falei, a competição.

Quais foram as medidas anunciadas no dia de ontem? Em primeiro lugar, a desoneração da folha de pagamento. Onze novos setores foram incluídos pelo governo, perfazendo um total de R\$ 3,1 bilhões. Nessa desoneração, destacamos os 20% da cota patronal do INSS, que passa a não ser mais exigência, e a sua substituição por um percentual sobre o faturamento.

Em segundo lugar, o aumento da oferta de crédito para o setor produtivo, no valor de R\$ 1,9 bilhão; em terceiro, ações de defesa comercial, com o objetivo de evitar um aumento maior das importações, portanto, proteção à nossa indústria e aos produtos produzidos no Brasil, no valor de R\$ 3,9 bilhões; em quarto, lançamento de um novo regime automotivo, que pretende estimular investimentos no Brasil e aumentar o número de peças nacionais; em quinto lugar, a capitalização do BNDES no valor de R\$ 45 milhões, na medida em que o governo injetar novos recursos.

Os setores beneficiados - e é importante destacar para quem está-nos acompanhando - impactam diretamente a indústria de Santa Catarina, uma vez que são fundamentais para o desenvolvimento do estado. São eles: autopeças, têxtil, confecção, calçados e móveis. No setor moveleiro o recolhimento do PIS e da Cofins será postergado de abril e maio para novembro e dezembro, jogando, portanto, para o final do ano, o que dará um tempo maior para que esse capital de giro possa ser trabalhado nas empresas.

No setor de banda larga, os equipamentos nacionais e os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicação serão desonerados do IPI e do PIS/Cofins, sendo que a renúncia fiscal pode chegar a R\$ 970 milhões em 2013. No setor de oncologia, as pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda o valor aplicado em associações ou fundações dedicadas à pesquisa e ao tratamento de câncer. O setor automotivo, a partir de 2013, poderá investir pelo menos 0,15% da sua receita operacional bruta em pesquisa e desenvolvimento.

É muito importante destacar que esse plano, além de estimular a indústria nacional, garante que a médio e longo prazo o Brasil possa produzir mais e importar.

O enfoque no aumento da competitividade e capacidade inovadora da indústria nacional foi ampliado com a criação de um subprograma do PSI (Programa de Sustentação do Investimento) para apoiar a sofisticação tecnológica do setor industrial brasileiro. O PSI - Projetos Transformadores se destina a possibilitar capacitação tecnológica e produtiva para bens que ainda não são produzidos no Brasil e que possam induzir ganhos de produtividade e qualidade.

O Proengenharia, destinado ao desenvolvimento da engenharia nacional, teve sua vigência ampliada até o final de 2013, e sua taxa reduzida de 7% para 6,5% ao ano.

Também foram alterados outros dois programas do BNDES: o Revitaliza, que apoia empresas de setores afetados negativamente pela conjuntura econômica

internacional, teve o prazo de amortização de seus financiamentos ampliados de 18 para 24 meses na modalidade exportação. Já o Progeren, que antes só podia ser acessado por micro, pequenas e médias empresas, passa a dar crédito também a grandes empresas, com limite de R\$ 50 milhões por grupo econômico, sendo que os juros foram reduzidos de 10,5% a 13% ao ano para 9% a 11,5% ao ano.

Algo que nos marcou também de forma muito significativa foi que nas compras governamentais passam a ter prioridade os produtos nacionais.

A lei de compras governamentais do Plano Brasil Maior vai estimular setores considerados estratégicos da indústria nacional, como a produção de medicamentos que passam a ter prioridade na compra dos municípios, estados e união. Nos próximos cinco anos o governo federal vai poder pagar até 25% a mais na compra de remédios e produtos biológicos fabricados no Brasil para a rede pública, para medicamentos nacionais que utilizem nas suas fórmulas insumos nacionais ou importados, a margem será de 20%.

Além disso, retroescavadeiras e motoniveladoras tiveram suas margens de preferência fixadas em 10% e 18% até dezembro de 2015. Essas margens de preferência já são aplicadas aos setores têxtil, de confecções e de calçados.

Acredito que essa medida dará um impacto muito grande às aquisições que os governos fazem todos os anos, porque pela lei das licitações o que vale sempre é o menor preço. Com esse programa abre-se uma porta para não considerar somente o menor preço, mas também o critério produto nacional, podendo ter uma margem de até 25%.

O apoio à exportação será quase triplicado, pois temos que nos tornar mais independentes. Como diz a nossa presidenta Dilma Rousseff, não adianta falarmos mal da China, precisamos dar conta de fazer o que não foi feito no Brasil em anos anteriores. Portanto, temos que preparar o Brasil para o crescimento da população no sentido do consumo.

Quero destacar ainda que existe um problema no estado, fazendo esse contraponto com a indústria de Santa Catarina. Qual é o problema?

Santa Catarina cresce menos que o país do ponto de vista industrial. O crescimento do estado foi de 2% contra 2,7% do país. A queda na produção industrial foi bastante acentuada, 5,1%. Nos últimos três meses de 2011, o recuo foi bastante expressivo no setor de alimentos, máquinas e equipamentos. Se compararmos com o Paraná, nosso vizinho, que também desacelerou seu crescimento, veremos que ainda manteve uma taxa de crescimento elevada, o que não ocorreu com Santa Catarina, que teve uma retração na indústria, principalmente na produção têxtil.

Santa Catarina exporta produtos manufaturados e sofre muito com a falta de competitividade nacional. Portanto, está na hora de o governo do estado aproveitar esse belo exemplo que está sendo dado, repensar o modelo de desenvolvimento e, quem sabe, lançar um bom pacote para a indústria de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, hoje está na pauta da Câmara Federal a votação de um projeto de lei de autoria do deputado Charles Lucena, que trata de um assunto de extrema relevância para determinados segmentos religiosos deste país, pois veda a realização de provas de concursos públicos entre o pôr do sol das sextas-feiras até o pôr do sol dos sábados, em observância ao princípio constitucional de credo.

Na verdade, essa lei vem ao encontro de um anseio de um segmento religioso bastante grande deste país, que é a Igreja Adventista do 7º Dia e

também do povo judeu, porque aqueles que praticam o judaísmo também guardam o sábado.

Como a Constituição do Brasil prevê a liberdade de credo, nada mais justo que as pessoas que professam essa religião possam também ter o direito de fazer o vestibular, o concurso público dentro do horário semanal, ou seja, de domingo até sexta-feira.

Trata-se de uma matéria interessante, cujo art. 1º tem seguinte teor:

(Passa a ler.)

“Art. 1º É vedada a realização de provas de concursos públicos em períodos compreendidos entre o pôr do sol das sextas-feiras e o pôr do sol dos sábados.

Parágrafo único. As avaliações de desempenho funcional e similares, bem como quaisquer desdobramentos dos processos seletivos se submetem às mesmas restrições estabelecidas no *caput*.”

Muito simples e muito objetivo.

Conheço profundamente a Igreja Adventista do 7º Dia porque praticamente todos da minha família nasceram em berço adventista. Assim, conheço como ninguém o que significa a guarda do sábado. Hoje não mais professo a religião adventista, mas tenho um filho que é adventista, amigos adventistas, muitos parentes adventistas. Muitas pessoas que conheço também são adventistas, assim como também tenho pessoas conhecidas que praticam o judaísmo.

Se a Constituição estabelece a liberdade de credo, evidentemente a lei nem precisaria existir, na verdade. Mas não existindo a lei em si e apenas a Constituição, as pessoas acabam perdendo concursos públicos ou até mesmo vestibulares. Por isso é necessária a instituição dessa lei que está sendo discutida hoje no Congresso Nacional.

Mas em Santa Catarina foi aprovada uma lei similar, de n. 82/2008, que tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

“O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As provas de concursos públicos e os exames vestibulares de instituições públicas ou privadas serão realizadas no Estado de Santa Catarina no período de domingo a sexta-feira, no horário compreendido entre às oito e dezoito horas.

§ 1º. Quando inviável a promoção dos certames em conformidade com o *caput*, a entidade organizadora poderá realizá-los no sábado, devendo permitir ao candidato que alegue e comprove convicção religiosa a alternativa da realização das provas depois das dezoito horas. "[sic]

Então, essa lei de minha autoria vem ao encontro exatamente daquilo que os deputados federais estão discutindo hoje.

(Continua lendo.)

"Art. 1º [...]

§ 1º. Quando inviável a promoção dos certames em conformidade com o *caput*, a entidade organizadora poderá realizá-los no sábado, devendo permitir ao candidato, que alegue e comprove convicção religiosa, a alternativa da realização das provas após o pôr do sol."[sic]

Deputado Antônio Aguiar, para o adventista o dia não muda às 24h, muda no pôr do sol. O sábado é guardado pelos adventistas e também pelos judeus, de acordo com o que está escrito na Bíblia. Eles levam ao pé da letra o que está escrito lá. Se diz para guardar o sábado, fazem-no como está escrito lá, do pôr do sol da sexta-feira até o pôr do sol do sábado.

Estão discutindo um projeto que já é lei em Santa Catarina e que deve tornar-se lei também em nível nacional. Isso me conforta bastante porque entendo que a liberdade religiosa deve prevalecer neste país, conforme estabelece a Constituição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o eminente deputado Silvio Dreveck, que representa o planalto norte, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente sras. deputadas, sr. deputado Antônio Aguiar, v.exa., que também representa o planalto norte, e alguns aliados do sul têm visitado o planalto norte. O deputado José Milton Scheffer tem feito um ótimo trabalho no estado de Santa Catarina e está-nos ajudando. Isso é importante!

Eu havia escolhido um tema da maior relevância não só para Santa Catarina, mas para o Brasil - o sistema portuário brasileiro - mas antes quero falar de outro assunto que considero importante para o estado e para o Brasil e que começou no município de São Bento do Sul.

O município de São Bento do Sul, através da administração pública, iniciou um programa inédito em Santa Catarina. Trata-se do pagamento por serviços ambientais. O que é pagamento por serviços ambientais? No caso de São Bento do Sul, refere-se ao rio, ao manancial de água que abastece a cidade. E, diga-se de passagem, foi durante a minha administração naquela cidade que começou a captação de água do rio para abastecer a população de São Bento do Sul.

No entanto, a atual administração tomou a iniciativa inédita de proteger o rio, porque nas suas margens existem propriedades, principalmente rurais. E para lhes dar maior segurança, fez-se um programa, através de lei municipal, que regulamenta o pagamento para os proprietários lindeiros que protejam as margens e façam a sua recuperação. Eles recebem recursos anuais para preservar e manter o rio Vermelho, que abastece todo o município de São Bento do Sul.

Trata-se de um trabalho pioneiro em Santa Catarina e por isso, nesta Assembleia Legislativa, pretendemos em breve reconhecer de público essa atitude meritória e pioneira da administração de São Bento do Sul. O programa foi, inclusive, reconhecido pelo ministério de Meio Ambiente e ainda hoje pela manhã, sras. deputadas e srs.

deputados, no *Globo Rural*, vimos por mais de cinco minutos uma reportagem ampla sobre esse assunto.

Esse programa vai ser apresentado pelo ministério do Meio Ambiente na conferência Rio Mais 20, esse grande encontro que será realizado no Brasil e que contará com a presença de autoridades de praticamente todo o planeta. Na oportunidade, Santa Catarina estará representada por esse programa inédito de pagamento por serviços ambientais. O assunto já foi debatido muito no âmbito estadual, inclusive nesta Casa, mas ainda não aconteceu, até por se tratar de um assunto complexo.

Mas quero deixar registrado que São Bento do Sul foi pioneiro por pagar por serviços ambientais prestados e por preservar este líquido precioso que é a água.

Quero tratar ainda de uma matéria interessante publicada pela revista *Exame* sobre a situação portuária no Brasil. É muito interessante: "Perdas pelo caminho. Eis um exemplo real - o do navio Jacarandá - do que se passa diariamente pelos portos brasileiros".

Trata-se de um navio que saiu de Manaus programado para no seu roteiro fazer o carregamento de 2.252 contêineres, passou pelo porto de Pernambuco e depois veio para Santa Catarina. Somente para se ter uma ideia, dos 2.252 contêineres que estavam programados, apenas se conseguiu receber 1.310, ou seja, ficaram para trás 942 contêineres. Foram 13 dias de viagem. O navio perdeu 46 horas em espera para entrar nos portos, ou seja, quase dois dias de desperdício.

Por essas e outras, o Brasil ocupa o 139º lugar na lista dos países em termos de portos, uma lista com 142 países.

Srs. deputados, colocamos por várias vezes desta tribuna que o custo Brasil nos impede de competir no mundo dos negócios. Obviamente irei aprofundar esse tema, apenas fiz um resumo nesta manhã, mas ele merece uma atenção especial por parte dos legisladores e do governo federal. Precisamos tornar-nos mais eficientes nessa área e diminuir o custo Brasil e trazendo razões e

argumentos, oportunamente darei a continuidade ao assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Romildo Titon, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Quero saudar inicialmente o presidente que comanda os trabalhos no dia de hoje, deputado Nilson Gonçalves, também o deputado Antônio Aguiar que anteriormente conduziu os trabalhos, bem como todos os srs. parlamentares.

Quero fazer, no dia de hoje, referência ao município de Campos Novos, o qual, no último dia 30, completou 131 anos de emancipação político-administrativa.

O município de Campos Novos tem uma história em parte idêntica à de outros municípios e em parte uma história um tanto diferente, porque aos poucos foi conquistando o seu espaço no cenário catarinense e no cenário brasileiro pela sua pujança, pela produção e pela coragem e determinação da sua gente.

Se formos fazer uma retrospectiva, deputado Antônio Aguiar, Campos Novos já foi município mãe lá pelas regiões de Videira, Tangará, Capinzal, Joaçaba, Piratuba e Ipira. Há poucos dias completou 63 anos de emancipação o município de Piratuba que, assim como Tangará e Pinheiro Preto, pertenceu a Campos Novos.

Fomos o segundo maior município em extensão territorial do estado de Santa Catarina, perdendo na época apenas para o município de Lages. Com as emancipações, foi reduzido o seu espaço territorial, mas a produção foi aumentando cada vez mais. O município atravessou algumas dificuldades, é claro, pois todos que trabalham na área da agricultura, da agropecuária enfrentam momentos de dificuldade.

Passado o ciclo da madeira, Campos Novos passou a investir pesadamente na pecuária e chegou a ter o segundo maior rebanho bovino do estado de Santa Catarina, assim permanecendo por muitos anos.

Mas o município foi amadurecendo, novas tecnologias foram surgindo e as cooperativas, que hoje são em número bastante expressivo em Campos Novos, foram oferecendo oportunidade aos camponovenses de buscar alternativas, reduzindo a área de pastagem, trabalhando com a melhoria genética do rebanho, com um gado de peso, de carcaça, que dá uma rentabilidade muito maior, com isso deixando espaços para a produção agrícola.

Nesse sentido, investiu-se pesadamente em novas tecnologias, em novos experimentos, pois as nossas cooperativas têm sido, reforço aqui, as grandes responsáveis por essas questões, fazendo com que Campos Novos se torne o maior produtor do estado, o que foi reconhecido pela Assembleia Legislativa quando lhe concedeu o título de Celeiro de Santa Catarina, num projeto de nossa autoria.

Recentemente o IBGE lançou uma lista 100 maiores municípios do Brasil que têm o maior PIB agropecuário, ou seja, os 100 municípios do Brasil que mais produzem alimentos para o país, e Campos Novos figurou entre eles, sendo o único deste estado a figurar na lista.

Mas não parou por aí, com a credibilidade que a sociedade de Campos Novos buscou e com as alternativas surgidas das pesquisas feitas pelas nossas cooperativas, Campos Novos também investiu pesadamente no abastecimento das agroindústrias na área de suínos, na área de aves, na produção de ovos, na produção de leite, enfim, nosso município diversificou a sua economia.

Tudo isso teve início com a Coopercampos, numa parceria com a BRF, que assumiu a condução desse trabalho, levando para Campos Novos todo o abate de suínos que antes existia nos municípios de Videira e de Herval do Oeste. Isso graças à característica que implantou no decorrer do tempo, no sentido de buscar alternativas para o produtor,

no sentido de diversificar sua produção, no sentido de obter uma renda maior.

Hoje Campos Novos vive o auge do crescimento e é um dos municípios que mais crescem, que mais se desenvolvem. Seu modelo tem sido copiado por outros municípios em termos de produção e de agropecuária.

Campos Novos também passou a ser um dos maiores produtores de energia, desde que lá foi instalada a usina que hoje é responsável por 25% da energia consumida no estado. Com isso o comércio e a indústria se fortaleceram e o entusiasmo, a coragem e a determinação do povo camponovense colocaram o município numa posição muito favorável, sendo um lugar bom para viver e para investir.

Agora, no último dia 30, deputados Aldo Schneider e Antônio Aguiar, houve a grande festa de comemoração dos 131 anos. Uma festa da qual a sociedade participou, uma festa com grandes *shows*, com grandes oportunidades para mostrar aquilo que Campos Novos realmente produz, mas um pouco diferente, pois todos puderam participar sem pagar um centavo, numa demonstração de que a prefeitura não existe apenas para fazer obras, para fazer grandes investimentos; ela tem que mostrar que o seu capital, que o seu patrimônio maior é o seu povo, a sua gente, e oferecer lazer.

Uma confraternização desse tipo não pode ser aberta somente para aqueles que podem pagar uma entrada para um *show*. Essa comemoração tem que ser aberta para a sociedade, para aqueles que ajudaram a construir a história do município, para aqueles que passaram por momentos difíceis e que levaram Campos Novos ao auge do crescimento.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizar Campos Novos pelo aniversário de 131 anos de emancipação política e, ao mesmo tempo, parabenizar v.exa. que representa aquele município e a região e dizer que eles têm, sim, um grande representante nesta Casa, pois temos certeza de

que v.exa. ajudou a transformar aquele município naquilo que ele é hoje.

Parabéns, deputado Romildo Titon, pela sua ação em favor de Campos Novos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Sr. deputado, quero dizer da importância de um município que entendemos ser a grande locomotiva, o celeiro agrícola de Santa Catarina.

Conforme v.exa. acabou de relatar, no último final de semana a festa patrocinada pelo município recebeu obviamente o apoio das empresas locais. Por isso quero parabenizar a administração municipal através de v.exa., que representa tão bem o município de Campos Novos e região neste Parlamento.

Estamos habituados a ver grandes festas em que são envolvidas milhares de pessoas, mas infelizmente em Santa Catarina foi adotada a cultura de cobrar ingressos para as pessoas visitarem uma feira de artesanato ou uma feira agrícola. E pelo que v.exa. acabou de relatar, Campos Novos ousou e fez diferente e é exatamente essa ousadia que temos que levar para os demais 295 municípios.

Quero, na condição de líder da maior bancada deste Parlamento, congratular-me com v.exa. e dizer aos irmãos camponovenses que além de estarem muito bem representados por v.exa. neste Parlamento, Santa Catarina tem um respeito muito grande pelo que aquele município representa para o setor agrícola e para o cooperativismo do estado e também do Brasil.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

Com relação ao que v.exa. falou a respeito de uma nova fase que Campos Novos vive, a grande maioria dos municípios faz grandes festas, grandes shows, mas costumeiramente limita a possibilidade de participação das famílias porque os parques

ficam fora do município, próximos à BR, causando dificuldade àqueles que não têm veículo próprio, àqueles que necessitam de ônibus ou que, muitas vezes, conseguem somente uma entrada para o pai ou para a mãe e não conseguem para os filhos.

O prefeito Vilivaldo Erich Schmid segue aquilo que o ex-prefeito Nelson Cruz vinha fazendo, ou seja, adotou como critério, deputado Dirceu Dresch, a utilização do estádio municipal, que geralmente está localizado quase no centro da cidade, facilitando a locomoção das pessoas e beneficiando os motoristas que estacionam sem pagar nada.

Quero parabenizar o prefeito Vilivaldo Erich Schmid, o vice-prefeito, todos os vereadores e a comissão organizadora, que ofereceram essa belíssima festa no final de semana que passou, festa essa que foi uma oportunidade ímpar para Campos Novos mostrar tudo o que já conseguiu em termos de desenvolvimento.

Eu já disse aqui e torno a dizer aqui que quem faz a história do município não são os administradores, os prefeitos, os vereadores, os secretários municipais. Quem faz a história do município é o seu povo, que luta, que enfrenta crises, que enfrenta momentos de dificuldade e supera-as. Até pouco tempo Campos Novos dependia de Joaçaba, mas agora, com o seu potencial, com a coragem e determinação da gente camponovense, conseguiu atingir a sua autonomia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0010/2012, 0553/2011 e 0556/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0010/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0071/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 0002/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, é com satisfação que ocupamos a tribuna para falar do planalto norte, que vive dias melhores, dias de investimento na agricultura.

Estivemos inaugurando a Transnorte, que é uma empresa que representa a John Deere no Brasil e que é um ícone na sua área. Temos certeza de que os implementos agrícolas que estão chegando ao planalto norte através da John Deere fazem jus ao investimento que foi realizado no município de Canoinhas, já que mais de R\$ 4 milhões foram aplicados pelo diretor Hélio Galle e família.

Estiveram presentes à inauguração o diretor da John Deere do Brasil, o diretor do Banco Econômico da John Deere, a comunidade, agricultores e empresários. Foi uma grande inauguração no município de Canoinhas e por isso quero deixar aqui os parabéns à Transnorte, através de Hélio Galle.

Quero dizer também que neste momento está sendo realizada uma audiência pública nesta Casa. A saúde do estado de Santa Catarina, assim como a de todo o Brasil, tem uma história negativa. O governo federal foi quem criou a CPMF. Mas para

que foi criada a CPMF? Essa contribuição foi criada para resolver o problema da saúde no Brasil. E o que aconteceu? Os recursos arrecadados foram desviados para outras áreas, deixando a saúde a descoberto.

A criação da CPMF foi ideia do então ministro da Saúde, Adib Jatene, que mostrou a necessidade de alocar mais recursos para atender à população brasileira. Mas o governo federal usou esses recursos para outros fins e a saúde, como disse, ficou de lado. De lá para cá a Emenda n. 29 também foi desvirtuada e o dinheiro não chegou à população.

O governo de Santa Catarina faz a sua parte e investe em equipamentos e hospitais que fazem com que a saúde funcione, principalmente no interior. Hoje, os hospitais estaduais gastam cinco vezes mais do que os hospitais filantrópicos, e temos que realmente mudar isso. Mas essa mudança tem que vir através do governo federal, pois ele não se importa com a saúde. O governo federal deixa a saúde em terceiro, quarto, em último lugar. Na hora da eleição, a então candidata Dilma Rousseff prometeu que a tabela do SUS seria revista, pois há 14 anos que isso não acontece! Mas ela se elegeu e nada aconteceu!

O custeio dos hospitais depende da tabela do SUS. Vamos fazer um diagnóstico dos problemas da saúde? Vamos! Vamos fazer com que as críticas construtivas apareçam? Vamos! Mas não vamos imputar a culpa a nenhum governo, principalmente ao municipal. Há municípios que investem de 25% a 30% da sua arrecadação em saúde. Logo, são eles que sustentam a sua saúde e dão bem-estar à sua população.

O governo estadual faz a sua parte investindo na saúde, mas o governo federal há muito tempo investe pouco e não reajusta a tabela do SUS. Como diz o ex-ministro da Saúde Adib Jatene, precisamos, em vez de somente criticar e reivindicar, ajudar a resolver os problemas. Isso é que é importante! Temos que melhorar esse repasse de recursos federais para financiar o

custeio dos hospitais filantrópicos, e é em defesa deles que estou aqui.

Os 40 deputados da Assembleia Legislativa aprovaram uma lei que permite que o governo do estado complemente a tabela do SUS. Isso significa que vamos, sim, fazer com que o governo estadual comece a ajudar a repor a tabela do SUS. Mas isso não basta, pois a responsabilidade maior é do governo federal, e ele tem que assumir!

Tivemos, no dia de ontem, a criação, no Parlamento de Santa Catarina, do Fórum das Cirurgias Eletivas, que foi constituído para termos um pouco mais de controle sobre esse tipo de procedimento cirúrgico e para que os deputados, em cada região, tragam para esta Casa e para o governo estadual os números de suas cidades. É preciso que os deputados realizem audiências públicas nas suas regiões e chamem os verdadeiros responsáveis pela saúde, que são os médicos.

Eu, como médico, faço aqui um apelo aos médicos de Santa Catarina, à ACM, ao CRM e aos responsáveis pela saúde, no sentido de que se engajem no mutirão de cirurgias eletivas. O governo estadual está fazendo a sua parte destinando recursos para que o cirurgião ganhe mais, para que o hospital filantrópico receba uma cota extra para ajudar as pessoas que têm dificuldades para fazer as suas cirurgias.

A cirurgia eletiva de hérnia inguinal não tem problema nenhum, mas quando ela complica e encarcera, vira uma cirurgia de emergência. Então, além de cirurgias eletivas, estamos aliviando as emergências médicas dos hospitais ao realizar com antecipação as cirurgias eletivas.

Temos certeza de que existem regiões que já estão no auge das cirurgias realizadas. Ontem o deputado Dado Cherem relatou que no município de Camboriú 600 cirurgias eletivas foram realizadas. Parabéns àquele município!

O governo realizou, no ano passado, mais de dez mil cirurgias, ou seja, dez mil pessoas foram atendidas, e estão previstas para este ano mais de 12 mil cirurgias. Estamos aqui para incentivar os médicos a realizarem cirurgias eletivas, pois a

vida das pessoas está em primeiro lugar. O ser humano precisa ser valorizado, e essa valorização passa pela Assembleia Legislativa, pelos municípios e pelos governos estadual e federal. Vamos construir uma saúde melhor para os catarinenses e para o Brasil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, quero, primeiramente, deputado Antônio Aguiar, reconhecer e reforçar a problemática da saúde em nosso país. Eu já comentei esse assunto na semana passada, após uma fala do deputado Mauro de Nadal, e hoje também o faço.

Há pouco participei do debate promovido pela comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, que tem feito um grande trabalho à frente dessa comissão. Diga-se, de passagem, que tenho acompanhado a sua história de luta na saúde pública catarinense e brasileira.

Por outro lado, isso acontece nos municípios, nos estados e na união porque a demanda é muito grande. Infelizmente, deputado Antônio Aguiar, nós ainda estamos olhando muito para a saúde curativa. No Brasil não há debate na educação pública sobre saúde e qualidade dos alimentos. Precisamos avançar muito mais nessa questão.

Enquanto os nossos municípios apostarem somente no curativo, não haverá cofre público e financiamento, deputado Serafim Venzon, que supra a demanda, porque as pessoas estão cada vez mais doentes. Nesse mundo adverso em que se vive, as pessoas estão cada vez mais estressadas e muitas vezes não se vai à raiz do problema, não se investiga por que ela está doente, somente se faz o curativo.

Outra questão de que não tenho dúvida é que enquanto a saúde continuar sendo um produto de compra e venda, não teremos qualidade no

atendimento e, principalmente, financiamento suficiente para mantê-la.

Então, um aspecto importante que, infelizmente, o SUS, Sistema Único de Saúde, não resolveu é a questão da prevenção, principalmente seu caráter educativo. A questão da reorganização de todo o processo da saúde pública no Brasil é um grande desafio, e o ministro Alexandre Padilha tem-se destacado e feito um grande trabalho. Esperamos que nos próximos anos - e essa é uma das prioridades, inclusive, da presidenta Dilma Rousseff em 2012 - possamos rediscutir a perspectiva da saúde pública brasileira.

Quero destacar também que a Campanha da Fraternidade deste ano está discutindo esse tema por este Brasil afora e, com certeza, muita contribuição virá.

Mas quero usar o meu tempo hoje, sr. presidente, para apresentar um pouco do relatório e falar do trabalho extraordinário que está sendo feito pelas entidades e lideranças políticas dos municípios, no que diz respeito ao conflito entre agricultores e índios nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

No ano passado buscamos um encaminhamento para amenizar o conflito instalado naquela região, que não atinge somente os dois municípios, mas envolve o conjunto da população. Fomos buscar, no ano passado, uma perspectiva de compra de uma área provisória para os índios guaranis, que estão alojados numa área emprestada dos caingangues, no município de Chapecó. Mas há muita dificuldade e o prazo para saírem daquela área era 30 de março, prazo esse que, inclusive, já expirou.

Então, existe o risco de haver um conflito, pois os índios querem voltar às terras de Saudades e Cunha Porã, pois eles têm a demarcação. Hoje os agricultores possuem um processo na Justiça que dá o direito da terra aos índios, mas enquanto o processo não for julgado em última instância os agricultores continuam lá.

Buscou-se um encaminhamento e construiu-se todo um debate com a bancada federal para que houvesse uma emenda parlamentar, visando à compra

de uma área provisória. Buscou-se essa área, articulou-se com o governo para que os recursos dessa emenda fossem repassados para o estado e ele adquirisse essa área e recebesse também recursos da união.

Felizmente, na última quinta-feira, houve a assinatura do Decreto n. 903, de 28 de março de 2012, que declara de interesse social, para fins de desapropriação amigável ou judicial, imóvel no Município de Bandeirantes.

Então, até aqui tudo está encaminhado e articulado. É verdade que no município de Bandeirantes há resistência dos agricultores da região no sentido de não receberem essa população lá. Mas estivemos na última segunda-feira naquele município e, numa reunião com o prefeito e vereadores, discutimos e assumimos o compromisso de estar junto na luta por investimentos. Como irão mais de 30 famílias indígenas para o município, há uma preocupação de como ficará a situação da cidade em termos de saúde, educação e infraestrutura.

A questão está bem encaminhada, sr. presidente, e queremos agradecer todo o empenho e articulação da bancada federal do oeste catarinense - são seis deputados federais que atuam na região. Agradeço a todas as lideranças estaduais e também ao governador por ter entendido esse diálogo que se está fazendo com o governo federal: ministério da Justiça, Funai, Casa Civil e governo do estado. Hoje, a responsabilidade de adquirir essa área está com a secretaria da Agricultura, com recursos do estado e do governo federal, via emenda parlamentar.

Enquanto o processo estiver andando na Justiça, queremos dar tranquilidade também para os indígenas. Por isso, nesse período discutiremos os próximos passos da ação judicial e também, quem sabe, acharemos um caminho que possa manter os agricultores familiares nas terras que adquiriram há 80 ou 90 anos, nos municípios de Cunha Porã e Saudades. São 176 famílias de agricultores familiares que estão nessa área que é reivindicada pelos indígenas.

Era isso, sr. presidente, que queríamos deixar registrado. Esperamos que de fato possamos, nos próximos dias, ter esse encaminhamento e consolidar a compra dessa área em Bandeirantes, para poder dar tranquilidade tanto aos indígenas, quanto aos agricultores familiares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Milton Scheffer.

(Pausa)

Na ausência do deputado Milton Scheffer, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente desta sessão, quero cumprimentar v.exa. e saudar os demais deputados e deputadas.

Gostaria de dizer que neste momento está ocorrendo, no auditório Antonieta de Barros, uma audiência pública convocada pela comissão de Saúde, cujo presidente é o deputado Volnei Morastoni e da qual participam o presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina, o presidente da Associação Médica Catarinense, o Conselho Regional de Medicina, o presidente da Federação dos Hospitais, o secretário-adjunto da Saúde e inúmeros administradores de hospitais, especialmente hospitais filantrópicos. Também estão presentes médicos, enfermeiras, um arcebispo e até vereadores, todos buscando um caminho e pensando uma alternativa viável para resolver a questão do atendimento médico nos hospitais de Santa Catarina.

Temos em Santa Catarina, aproximadamente, 181 hospitais ditos "privados", entre aspas, porque pelo menos 80% deles são hospitais filantrópicos, hospitais da Igreja Católica, da Igreja Luterana ou de outras instituições religiosas. Mas a maior parte deles, sem dúvida, está ligada à Igreja Católica.

Durante milhares de anos a saúde sempre foi uma ação caridosa. Atender a quem estava doente sempre foi uma ação de caridade. Com a

Constituição de 88, sem desfazer em nada a necessidade de as pessoas serem caridosas - quem faz caridade fica feliz quando a pratica, faz bem ao coração ser caridoso -, a saúde passou a ser direito do cidadão e dever do estado.

Então, a saúde não pode ficar à mercê de pessoas caridosas. Se hoje usamos a ciência e o conhecimento para tantas coisas, muito também na saúde há que se usar recursos. Diz-se que é uma obrigação do estado pelo fato de que as pessoas pagam impostos e querem que eles retornem em benefícios, principalmente os relacionados à saúde.

Hoje há doenças que se não forem tratadas têm uma evolução trágica. Por exemplo, uma mulher com câncer de colo de útero sabe com certeza que aquilo a levará a óbito se não for feito nada. Então, é inadmissível que tenha que esperar numa fila sem saber quando será atendida.

Aqueles que nos assistem ou ouvem-nos com certeza conhecem alguém que descobriu que tinha um câncer de pulmão e que 24 horas depois já havia sido operado em São Paulo ou no Rio Grande do Sul porque tinha dinheiro para pagar. Ou então foi operado de urgência na própria cidade porque tinha dinheiro para pagar.

Conheço serviços de saúde que fazem exames e funcionam 24 horas por dia, inclusive na noite de Natal e no dia da Páscoa, porque atendem a planos de saúde ou a particulares. Mas eu imagino que não devam funcionar a essa hora para atendimento do SUS. E a razão não é nada além do valor que é pago pelo procedimento, que por acontecer em horas diferentes também tem custo diferente e maior, que não é coberto por aquela tabela pífia do SUS.

Então, nessa audiência pública estarão lideranças políticas discutindo o que fazer para realizar esses procedimentos. O governador, no ano passado, lançou um programa para executar 22 mil cirurgias eletivas, das quais, parece-me, já foram realizadas dez mil. Parte delas ocorreu por benevolência dos cirurgiões, dos médicos, dos hospitais, por acordos feitos com o governo, porque normalmente são pagos pelo SUS.

O fato é que precisamos, aplicando a Constituição de 1988, dizer que a saúde é um direito do cidadão e é uma obrigação do estado, não é uma obrigação do padre ou da freira, o pagamento do procedimento tem que ser incorporado pelo estado. Se historicamente atender alguém era um ato de caridade, quem fez isso caridosamente foi a Igreja Católica, usando seus instrumentos de acesso à população para buscar recursos e para prestar atendimento médico às pessoas. No século XX, de 1950 a 2000, quando a medicina teve uma evolução muito grande, praticamente quem bancou tudo isso foram as instituições religiosas. Agora quem tem incorporar isso é o poder público, o governo, não há por que deixarmos essa conta para o padre e para a freira, que não recolhem impostos. Quem recolhe impostos é o governo. Quem cobra 40% do PIB, que vira imposto, é o governo. Então, é ele que tem que fazer essa reversão em forma de saúde para quem precisa.

Santa Catarina tem praticamente 11.800 leitos hospitalares. Desses, 67% são utilizados exclusivamente para o SUS. Santa Catarina tem 23 hospitais públicos, 15 deles são próprios do estado, oito são administrados por organizações sociais e os outros 180 são filantrópicos. Na verdade, na verdade, os filantrópicos também são administrados por organizações sociais. E já que existe essa tendência de dizer que precisamos dar mais agilidade aos hospitais públicos, enquanto isso não acontece, enquanto não encontramos uma maneira para dar mais agilidade a eles, basta que destinemos mais recursos para eles. Eles são, na verdade, organizações sociais, são OSs, não há necessidade de fazer nenhuma confusão com os funcionários da saúde. Assim, o paciente será atendido em sua cidade, o que é melhor para o doente, mais prático e melhor para a economia da cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, agradece aos funcionários que trabalharam no plenário, aos policiais militares que nos dão a segurança necessária para o trabalho, às nossas assessoras dedicadas que atenderam à Mesa Diretora, aos funcionários da TVAL, às taquígrafas dedicadas e especialmente aos nossos telespectadores que nos acompanharam até o presente momento, e convoca outra, ordinária, para as 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

